CONFIDENCIAL

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA RIO DE JANEIRO
ENCAMINHAMENTO Nº 077 / 119 /ARJ/80

SNI/ARJ
PROTOCOLO
ACE Nº 3394
25/08/80

DATA : 21 AGO 80
ASSUNTO : REVISTA "SHALOM".
ORIGEM :
DIFUSÃO ANT. :
DIFUSÃO : AC/SNI
ANEXO : Cópia de extrato da Revista "SHALOM" (15 fls)

1 - Esta ARJ encaminha, em anexo, a Revista "SHALOM" nº 179, editada em Jul 80, onde foi elaborada uma série de artigos que procura apontar o documento de informação feito pela DSI/MNE, como uma atitude anti semita, a exemplo do que ocorreu por ocasião da II Guerra Mundial , onde GOEBBELS vendia um fato repetidas vezes, até que ele fosse reconhecido como verdadeiro pela opinião pública.

2 - O conjunto de artigos sobre o mesmo assunto ocupou 33% de toda a publicação e pretendeu colocar os judeus residentes no BRASIL, na posição de vítimas.

3 - Para corroborar e enfatizar o enfoque abordado, a publicação foi buscar no Projeto Lei nº 9/80 idéias opressoras que visam os descendentes de estrangeiros, dirigentes de organizações como a SBPC, CNBB, OAB e outras, que também são contrárias à implantação do PROGRAMA NUCLEAR BRASILEIRO.

* * *

TODA E QUALQUER PESSOA QUE TOME CONHECIMENTO DE ASSUNTO SIGILOSO FICA, AUTOMATICAMENTE, RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DE SEU SIGILO.
(ART. 12 DO DEC. N.º 79099/77 - RSAS)

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

shalom

UM BALANÇO DO ANTI-SEMITISMO NO PROGRAMA NUCLEAR

(E SEU PERIGO PARA 120 MILHÕES DE BRASILEIROS)

LEITURA PRECÁRIA

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

shalom

Julho/80 — Ano XVI
Nº 179 — Cr$ 80,00

Diretor responsável
Patricia Finzi Fingermann

Editor
Jaime Klintowitz

Marcos Faerman, Fanny Zygband (reportagem), **Carlos Clemen** (programação visual), **Regina Tiemi Oshima** (arquivo), **Luis Alejandro Camuzzi** (arte final).

Colaboradores

Alberto Dines, José Zatz, Claudio Willen, Maria Augusto Toledo Ferraz Lopez, Jota Hery Bulawko (França), **Issac Akcelrud, Egon Fridler** (Uruguai), **Nachman Falbel, Paul Warszawski** (Argentina), **Vilem Flosser** (França) **Trudi Landau, Henry I. Sobel, Zipora Rubinstein, Moacyr Scliar, Jacó Guinsburg, Rodolfo Konder, Mauricio Segall, Emilio Gimbaum, Marx Golgher** (Belo Horizonte), **Manuela Casas Rios, Silvana Foa** (Traduções).

Correspondentes

Israel — Giorgio Romano, Sderot Ben Gurion, 19, Tel-Aviv
Argentina — José M. Senderowicz, Buenos Aires

•

Administração
Secretaria: **Eleni Falcão Mendes.**
Circulação: **Jurema Fuzaro.**
Publicidade: **Sonia Lea Schnaider, Riva Balahan Sister, Ivan Barbosa, Leonor, Fernandez Machado.**

Sucursal Rio de Janeiro

Secretaria: **Célia Brito de Freitas**
Redação: **Rose Schlesinger**
Av. Almirante Barroso, 90, sala 202, Centro, CEP 2003, Fone: 242-6293.

•

Shalom é uma publicação mensal da Editora Shalom Ltda., redação e administração: Rua da Graça, 201, CONJS. 71/72 — CEP 91125, Fones: 221-9191 — 220-2585 — 220-0265 — C.G.C. 61.274.387/0001. Registrado no Cadastro da Divisão D.P.F., sob número 1-284-P209/73.
Assinatura anual: Cr$ 720,00

•

Composição: Editora Jornalística AFA Ltda. — Fotolito: Sulamérica — Impressão e acabamento: Cia Lithographica Ypiranga, rua Cadete, 209, Tel.: 825-3255.

•

Os artigos assinados são da responsabilidade de seus autores, nem sempre refletindo a posição da Revista.

Uma nova lei vai tornar muito difícil a imigração para o Brasil e dificultar a vida do estrangeiro residente no País. A matéria está na página 27, mas não deixe de ler editorial a respeito, na página 2.

O documento anti-semita produzido pelo Ministério de Minas e Energia não pode ser esquecido: o balanço completo começa na página 9, com textos de José Zatz, Cláudio Willer, Rodolfo Konder e outros.

Em Shalom 2, não deixe de ler a entrevista com Modesto Carone, um dos mais importantes escritores brasileiros da atualidade. Shalom 2 começa na página 36.

A palavra do leitor	4
Rabino Henry I. Sobel	6
Ensaio — M. A. Toledo Ferraz Lopes	20
Alberto Dines	22
Israel	26
Refugiados	28
Onde Comer Bem	30
Discos	31
Ficção Inédita	40
Marketing	42

LEITURA PRECÁRIA

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

021/16

Carta ao leitor

A cordialidade esquecida

É escandalosamente perigoso o à vontade com que a teoria conspiratória da História vem sendo usada no País. Ainda ressoava o espanto causado pela denúncia urdida nos bastidores do Ministério de Minas e Energia contra os opositores do Programa Nuclear, quando o Palácio do Planalto, por intermédio de seu subsecretário de imprensa, Alexandre Garcia, revelou aos brasileiros a existência de uma nova conspiração internacional contra os interesses nacionais. Desta vez, dizia o porta-voz oficial, as empresas multinacionais de colonização articulam contra a nova legislação imigratória, pois estão interessadas em explorar mão-de-obra estrangeira, asiática em especial.

Foi Goebbels que deu o arcabouço teórico da propaganda política totalitária. Postulava o propagandista de Hitler que a "versão é mais importante que o fato" e que uma mentira repetida muitas vezes acaba soando como verdade. Mas, da teoria à prática, há sempre a questão da competência do veículo, ou do agente. E a conversa sobre essa nova conspiração internacional comete um equívoco destruidor. Ora, se um dos principais atrativos para a instalação do capital multinacional no Brasil é, exatamente, a disponibilidade farta de mão-de-obra barata, por que alguém se daria ao incômodo de utilizar imigrantes no lugar dos migrantes locais?

O projeto de Lei nº 9/80, de iniciativa do Executivo e que tramita em caráter de urgência pelo Congresso, redefine com rara severidade a situação do estrangeiro no País. O que mais espanta não é o fim da tradicional hospitalidade brasileira — já bastante abalada pelo endurecimento das normas em 1969 —, mas a pressa e a veemência com que o governo tenta sancionar a nova lei e evitar que

LEITURA PRECARIA

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

que optou pelo Brasil à decisão sumária do burocrata, quando cria instrumentos legais acima do procedimento normal do Poder Judiciário, vinculando a situação do estrangeiro a um Conselho Nacional de Imigração a ser criado e ao Ministério da Justiça. Termina, também, a proibição de expulsar estrangeiros que tenha cônjuge ou filho brasileiro. É o fim, ainda, do livre trânsito do

Carlos Clémen

setores mais amplos da sociedade participem da discussão do assunto. E, como já ocorreu no caso da oposição à forma como está sendo implantado o Programana Nuclear, o Palácio do Planalto trata seus planos com desvelo de mãe, acusando de conspiradores, maus brasileiros ou agentes estrangeiros todos aqueles que intentam ressalvas.

Como no caso do Programa Nuclear, são notórios bons brasileiros que protestam contra a "lei dos estrangeiros": CNBB, SBPC, "O Estado de São Paulo", a "Folha de S. Paulo", o "Jornal do Brasil", o PDS Nei Braga, e muitos outros. Os judeus, é claro, não se manifestaram. O que não deve adiantar nada. Sobre o Programa Nuclear, também não havia manifestação das instituições judaicas e, nem por isso, deixou o **Ishuv** de levar boa parte da "culpa. Afinal, o documento elaborado pelo Ministério de Minas e Energia negava, até mesmo, a possibilidade de amor pátrio aos judeus brasileiros, tratados como meros agentes de um país estrangeiro, Israel evidentemente. Além do que, a comunidade judaica brasileira, segundo o Ministério de Minas e Energia, não está apenas disposta a combater o Programa Nuclear, mas, sim, decidida a frear o desenvolvimento nacional.

Mas deixemos o documento do Ministério de Minas e Energia. Ele é suficientemente analisado nesta edição. O Programa Nuclear talvez nos mate de leucemia, talvez empesteie o País de radioatividade, talvez exploda tudo, talvez provoque um surto de anti-semitismo. Nesse caso, estamos no mundo do possível. O efeito da "lei dos estrangeiros", contudo, é mais direto. Ela nos afasta do convívio das nações, discrimina cruelmente nacionais e estrangeiros, torna insegura a situação dos residentes permanentes, torpedeia o intercâmbio cultural e científico com os outros países, ameaça de deportação os 100 mil refugiados latino-americanos e manieta os religiosos estrangeiros que imigraram para o País em missão espiritual.

Ninguém nega o direito da Nação resguardar os interesses da mão-de-obra nacional, criando critérios para a entrada de contingentes forasteiros. No entanto, o rude projeto de lei nº 9/80 não se encaixa entre o que se entende por uma regulamentação legítima. Ele entrega o destino daquele imigrante, pois a nova legislação reserva a órgãos policiais o direito de confiná-lo no local que julgarem convenientes aos "interesses nacionais".

Interesse nacional é um conceito demasiadamente ambíguo para decidir sobre a vida das pessoas. Como caracterizar a integração de um forasteiro ao País, se já não basta que contribua com seu trabalho e seus impostos para o bem-estar comum. Se não é suficiente que constitua família com brasileiro ou que seus filhos, que dele dependem, sejam brasileiros por direito de nascimento. De que forma, por exemplo, pretendem os futuros responsáveis pela política imigratória avaliar o "interesse nacional" contido na produção de um artista, mesmo que saibamos que foram essas parcelas geradas por imigrantes e seus descendentes que formaram o ente cultural que se conhece como Brasil?

Brasileiro será aquele que obtém a naturalização? Mas de que forma se chegará a ela, se os vistos de permanência serão concedidos em caráter precário, criando uma situação de insegurança no cotidiano da pessoa que pretende aqui viver? Em que momento um imigrante deixa de ser estrangeiro? Depois de um, dois, dez, vinte anos? Nunca se torna inteiramente brasileiro? Nem depois de 480 anos? Mas quem, entre 120 milhões de cidadãos brasileiros, pode arguir uma genealogia de 480 anos de Brasil? E ninguém mesmo: a nacionalidade surgiu em 1822. Éramos, então, 4 milhões de habitantes.

Um povo novo é uma nação que se refunde a cada momento. O Brasil são os brasileiros. E os brasileiros são brancos, negros, mulatos. Os brasileiros de verdade ostentam sonoros sobrenomes ibéricos, germânicos, eslavos. E árabes, como o do ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, responsável pelo projeto de lei nº 9/80. A fisionomia da Nação é formada por 120 milhões de descendentes de imigrantes. Como brasileiros deveriam ser os descendentes dos estrangeiros que agora residem no País, como seriam os filhos e netos dos latino-americanos que buscaram refúgio na "mãe gentil" de que nos fala o Hino Nacional. Mas perderemos esses brasileiros porque a nova "lei dos estrangeiros" vem encerrar uma longa história de hospitalidade.

Jaime Klintowitz

LEITURA PRECÁRIA

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

Energia e dignidade humana

José Zatz

O famoso cientista e pensador Albert Einstein disse, em certa ocasião, que "se a teoria da relatividade tiver sucesso, os alemães dirão que sou alemão e os franceses que sou um cidadão do mundo. Mas se a teoria fracassar, os franceses dirão que sou alemão e os alemães que sou judeu".

A falta de argumentos sólidos para defender o Programa Nuclear brasileiro trouxe novamente à tona o absurdo argumento do complô internacional judaico-americano-soviético, utilizado há 40 anos atrás, na Alemanha, durante o 3º Reich.

Mas por que este argumento é desenterrado agora, e com relação ao acordo nuclear com a Alemanha?

Sabemos que, nos últimos anos, a maioria dos cientistas brasileiros — através de sua associação, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), e, em particular, os físicos através da Sociedade Brasileira de Física (SBF) — vêm se pronunciando frontalmente contrários ao programa nuclear negociado, nos bastidores, com a Alemanha em 1975.

Muitas comissões, compostas por renomados cientistas, estudaram e redigiram documentos analisando os diferentes aspectos e as conseqüências da instalação de gigantescas centrais nucleares no eixo Rio de Janeiro-São Paulo. Foram organizados dezenas de debates e seminários em diferentes locais e ocasiões sem que, no entanto, aqueles que realizaram o Acordo Nuclear tenham aceito a discussão pública e aberta da questão, seja com os cientistas seja com outros representantes da população brasileira.

Os argumentos levantados contra o uso da energia nuclear hoje, no Brasil, são abundantes. Sabemos que, do ponto de vista energético, os recursos hídricos nacionais são suficientes para nos garantirem o fornecimento de energia elétrica a preço conveniente por mais 50 anos, pelo menos. Do ponto de vista econômico, o acordo nuclear é a maior transação comercial já realizada entre dois países, e é, sem dúvida alguma, bastante interessante para a Alemanha. Para o Brasil, entretanto, representa uma dívida externa adicional de mais de 30 bilhões de dólares, numa época em que nossa economia passa por uma situação crítica.

Quanto aos riscos ambientais, sabemos que poucos acreditam hoje nos dados otimistas apresentados inicialmente pelos construtores de reatores sobre as probabilidades de acidentes nas usinas, o lixo atômico e a contaminação radioativa.

Para aqueles que acreditam que o Programa Nuclear brasileiro seja justificado pela "segurança nacional", é bom lembrar que com algumas centenas de milhões de dólares se pode desenvolver um projeto nuclear voltado para a construção de artefatos bélicos nucleares. Países como a Índia e a China chegaram à bomba atômica sem que existisse em seu território sequer uma usina nuclear do tamanho das que o Brasil pretende adquirir da Alemanha.

Nos últimos meses, a argumentação trazida a público pelos estudos realizados pelas associações de cientistas começou a ser compreendida e complementada por outros grupos da sociedade entre os quais associações ambientalistas, Instituto de Engenharia, órgãos empresariais, agremiações políticas e pela imprensa em geral. Sobretudo após o início dos rumores, que mais tarde se concretizaram, da instalação de centrais nucleares no litoral sul de São Paulo.

A resposta veio rápida através do documento preparado pelos serviços de segurança do Ministério de Minas e Energia: nenhuma argumentação racional, nenhum convite ao debate, somente um panfleto provocador que poderia ser considerado apenas ridículo, pela linguagem e pelo conteúdo, não fosse o precedente histórico que mostra até onde pode levar este tipo de argumentação. Devemos encarar o fato como mais um toque de alarme a tentar nos despertar e provocar nossa reflexão sobre a crise de civilização em que vivemos, para evitar que este tipo de aberração volte a acontecer.

A Sociedade Industrial Moderna está conduzindo a uma situação de sofisticação tecnológica que exige de nós uma crescente especialização, com a conseqüente perda da visão do todo. Um conjunto de músicos, cada um tocando corretamente seu instrumento, não tem automàticamente, como resultado, harmonia musical. A concentração cada vez maior do poder decisório nas mãos de um pequeno grupo de tecnocratas reduz, pouco a pouco, a participação dos habitantes de uma região nos projetos de desenvolvimento que lhes dizem diretamente respeito. A utilização dos meios de comunicação permite que aqueles que sabem manipular bem o jargão dos conceitos econômicos abstratos e os métodos de propaganda nos convençam da "inevitabilidade" de certas decisões e da "utopia" de outras opções. E assim, lenta e progressivamente, vamos aceitando que os "técnicos" decidam em nosso nome, acreditando que conheçam melhor os problemas, e que saberão decidir corretamente por nós.

Sem percebermos, abrimos mão do direito de participar da vida da sociedade da qual somos parte integrante, que é, afinal, o conjunto dos indivíduos que pretendem viver no mesmo solo uma vida de respeito mútuo, compartilhando cultura e natureza.

Os grandes problemas nacionais necessitam ser debatidos por todos. É imprescindível que aqueles que dispõem de alternativas e que refletem sobre os diversos aspectos do desenvolvimento nacional possam se manifestar e ser ouvidos. Somente assim, a partir de um amplo e profundo debate sobre os problemas que nos afligem e dos quais depende a qualidade e a continuidade da vida de toda a população, é que poderemos adotar uma estratégia que nos conduza a uma sociedade mais justa e mais saudável, uma sociedade na qual nossos filhos e netos possam viver dignamente. □

José Satz é professor do Instituto de Física da Universidade de São Paulo

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

07/86

Delírio ou propaganda ideológica

O crítico* Cláudio Willer *analisou o documento do Ministério de Minas e Energia. Sua conclusão: trata-se de um delirante panfleto anti-semita

O controvertido dossiê da Divisão de Segurança e Informação do Ministério de Minas e Energia — causa, na primeira leitura, uma justificada reação de espanto. Senão, vejamos: no parágrafo E do item 7 é denunciada a utilização da **"chamada técnica do medo"**, concretizada por **"ações sub-repticias de modo a criar impactos impressionistas reforçando os procunciandos contrários"**. Como exemplo é citado o acidente na usina nuclear americana de Three Mile Island, seguido pelo filme (classificado de "ficção científica") **Síndrome da China**, como se não bastasse, **"precedido de farta publicidade anunciatória"**.

Ou seja, seriam cúmplices nas aplicações desta **"técnica do medo"** os críticos e noticiaristas de cinema de jornais e revistas não só do Brasil como do mundo inteiro, as distribuidoras de cinema e seus departamentos de propaganda e promoções, os próprios cinemas, a Academia de Artes e Ciências de Hollywood, o juri do Festival de Cannes, associações de críticos de cinema, e demais responsáveis pela atribuição de premios a **Síndrome da China**, concedidos, como se pode ver, com a finalidade precipua de aterrorizar o povo brasileiro para mobilizá-lo contra a instalação de novas usinas nucleares em nosso País.

O tópico 8, a seguir, trata da **"propaganda desencadeada contra Acordo Nuclear Brasil-Alemanha"**, a qual **"se reveste de caracteristicas de propaganda de destruição"**, o que é demonstrado enunciando as **"leis"** às quais esta propaganda obedeceria: **"repetição de orquestração"** (§1), **"derivação e sugestão"** (§2), **"unanimidade e contágio"** (§3). Em seguida (item B do mesmo cap. 8) comparecem categorias de comportamento resultantes da "**exploração do medo coletivo**" por **"imagens pré-fabricadas"** levando as pessoas a agirem por **"imitação"**, **"sugestão"** e **"adesão"**.

O restante do documento é igualmente fértil em conceitos e termos que parecem extraídos de alguma teoria psicológica inédita, à qual apenas este diligente funcionário da comunidade de informação teve acesso, caso não tenha sido fruto exclusivo do seu talento criativo e imaginação borbulante. É dito, por exemplo, que **"o protesto, seja de individuos que repetem o que ouviram, seja de coletividades pequenas, seja da massa"** (em suma seja, seja lá de quem for) é uma **"válvula de escape"** que compensa **"a tensão gerada pelo medo"**.

Cartaz alemão de 1940: uma visão que se repete

Estas inovações terminológicas trazidas pela circular do DSI às Ciências Humanas, as **"técnicas do medo"**, a **"criação de impactos"**, o **"medo coletivo"**, as leis e categorias de comportamento, tudo isto se agrupa de modo coerente, formando uma estranha sociologia com ecos diluídos de teorias precursoras do século XIX, como a de Gabriel Tarde, que achava a totalidade dos comportamentos sociais explicáveis pela imitação, ou então a "teoria das massas" de Le Bon. Segundo o acréscimo proporcionado pelo digno representante dos nossos órgãos de segurança e informação à compreensão do comportamento humano, a população — pelo menos no caso brasileiro — se divide em dois grupos, ou tipos de gente.

OS Conspiradores

De um lado, os agentes, os sujeitos de uma conspiração, a **"minoria"** que **"insufla as massas"** (item 1) e desenvolve **"ações ordenadas"** (item 3) visando a **"conquista da opinião pública"** (item 2) pela **"criação de um impacto"** (3-3), além de **consolidar a "influenciação" de públicos-alvo"**, e, como se não bastasse, **"criar grupos de pressão que iniciem movimentos de massa"**, tudo isso através do emprego de **"técnicas"** como a tal da **"propaganda de destruição"**, **"tecnica do medo"**, etc.

LEITURA PRECÁRIA

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

08/11

Do outro lado, a maioria da população, ou, como prefere o autor, a **"massa"**, composta pelos objetos passivos da conspiração, os **"públicos-alvo"** constituindo-se na **"opinião pública"** a ser motivada, conquista, mobilizada e insuflada por estas **"técnicas"** capazes de excitarem seu **"instinto de sobrevivência"**, já que a **"massa"** se comporta segundo princípios de **"imitação"**, **"sugestão"**, **"adesão"**, etc.

Como podem ver, a população do Brasil é vista como constituída por seres irracionais, algo semelhante a cobaias ou a uma comunidade de ratinhos brancos de um laboratório de Psicologia Experimental, ou, pura e simplesmente, como um bando de rematados débeis mentais, cuja salvação está nas mãos deste aplicado analista do comportamento, com sua capacidade dedutiva (**"as idéias-base podem ser deduzidas da seguinte forma..."**) tão capaz de detectar conspirações e tentativas sub-repticias de manipulação da opinião pública (**"exploração do fator econômico... caracterizando, de modo sub-repticio, desperdício de recursos"**;... **"ações sub-repticias de modo a criar impacto impressionista"**; ou então **"o acidente de Three Mile Island... sub-repticiamente transferido como possível em Angra 2"**). Esta capacidade de **"deduzir"** e **"inferir"** nexos conspiratórios entre fatos isolados leva-o a descobertas das quais a mais sensacional, sem dúvida, é dos **"informes não-confirmados de que a revista "Der Spiegel" é controlada pelos soviéticos"**...

A minoria conspiratória é constituída por cientistas, secundados por políticos, técnicos e empresários, cientistas estes **"aureolados de terem alta capacidade"** (item 7-A) que **"aparentam "menosprezo nacional"**, seja lá o que isto signifique, embora na verdade **"um pequeno grupo de físicos que fala em nome da coletividade"**, graças à sua posição de liderança em **"entidades científicas de fins ecológicos"**. Este núcleo de conspiradores é fortemente apoiado pelos EUA e pela URSS.

No entanto, a principal ameaça à consecução do acordo nuclear Brasil-Alemanha, o mais importante vetor de mobilização da opinião pública, é constituído por judeus, ou, como prefere o autor, pela **"comunidade judaica"**: **"a comunidade judaica, como grupo social, é que mais e mbate o acordo e o programa nuclear"** (item B das conclusões). A trama contra o acordo nuclear estaria inserida dentro de um conjunto de objetivos mais amplos, visando prejudicar os interesses brasileiros em geral, por causa de uma **"política externa pró-árabe"** que iria contra os interesses judaicos: **"tudo aquilo que possa prejudicar o progresso brasileiro é válido, enquanto mantiver essa política não favorável a Israel"**. Dentro da lógica do documento, a **"comunidade judaica"** é constituída por agentes da política externa israelense, firmemente empenhados em sabotarem os objetivos nacionais e entravarem **"o progresso brasileiro"** enquanto estes objetivos não corresponderem rigorosamente ao interesse israelense.

Esta participação da **"comunidade judaica"** é enfatizada em outras passagens do texto. Como evidência comprobatória, são arrolados autores de críticas ao tratado que portam sobrenomes estrangeiros: Schemberg, Goldemberg, Lutzemberger, Kolk, Mirow. Esta condição, de portador de um sobrenome estrangeiro, parece ser uma prova suficiente, já que não há qualquer tentativa de verificar se estas pessoas todas efetivamente professam a religião judaica, ou mantêm algum vínculo com entidades religiosas ou civis que sejam judaicas, ou então ligadas ao Sionismo ou a Israel.

Um material clínico

Este estranho arrazoado, esta mistura esdrúxula de termos pseudo-científicos, elocubrações fantasiosas, pretensas leis do comportamento, tudo isto configura efetivamente a existência de uma conspiração, porém voltada, em primeira instância, contra a lógica e contra a sintaxe e a semântica da língua portuguesa, conspiração esta da qual um dos agentes é o próprio autor do documento. Este amontoado de expressões obscuras ou não-semantizadas, de permeio a verdadeiras jóias de uso ritualístico da linguagem e primores da redundância, mal-alinhavados em tópicos, sub-tópicos e parágrafos numerados, buscando legitimar-se e aparentar um cunho técnico-científico através da introdução de chavões do linguajar tecnoburocratês, tudo isto convida a uma análise que utilize, como quadro ▷

CASA DE CARNES
LA Le Arcate
Carnes Frescas Diariamente
Temos peru, cabrito, leitão, pato, marreco, faizão, cordeiro, coelho, vitelo, vitela de leite e cortes especiais de carne bovina
Farta variedade de frios e queijos
Produtos importados, latarias em geral
Rotisserie com saladas e assados temperados e pratos semi-prontos
Entregas a domicílio pelo Fone 826-1702
Rua Armando Penteado, 36 - lojas 1 e 2
Atendemos também aos domingos até 13 hs

Mel Puro onde encontrar?
CASA DO MEL
Mel Purissimo •
Geleia Real •
Produtos Dietéticos •
Chá para emagrecer •
Produtos de Beleza a Base de Geléia Real
Pedidos — FONE: 251-4898
São Paulo
Rua Manoel da Nobrega, 136 — Esquina Al. Santos
Filial: Rua Antonio Raposo, 96 — Fone: 831-8035 — (travessa da Rua 12 de Outubro).

Serviços especializados em tinturaria e estamparia

Tingimento e estamparia de tecidos e malhas

Waiswol & Waiswol Ltda.

Rua Dr. Nicolino Morena, 122
Tel: 201-0111 — São Paulo

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

Estão no "complô": os críticos de cinema, a Academia de Artes e Ciências de Hollywood, o Festival de Cannes, Jane Fonda...

de referência, a Psiquiatria e a Psicopatologia.

Com efeito, se esta circular do DSI do Ministério das Minas e Energia fosse exibida fora de contexto, sem as informações complementares sobre sua fonte e objetivos, ninguém duvidaria ser ela originária de algum pavilhão de um hospital psiquiátrico, e não de uma escrivaninha situada em algum lugar da Esplanada dos Ministérios em Brasília. O tipo de argumentação utilizada, o próprio vocabulário, poderiam perfeitamente ilustrar uma palestra ou aula expositiva sobre delírios esquizofrênicos-paranóicos. Trata-se de um exorcismo, uma enumeração mágico-ritualística de opositores e críticos do Acordo Nuclear, e de instâncias de opinião pública, organizações, entidades, veículos de comunicação, que assumiram ou noticiaram tais críticas, objeções: o raciocínio do documento é totalmente circular, já que se parte da premissa apriorística da existência de uma conspiração, a partir da qual todos os fatos, pessoas, entidades enumerados passam a se constituir em evidência comprobatória desta mesma conspiração. Ou seja, qualquer crítico do acordo nuclear é, necessariamente, um conspirador, e qualquer argumento ou objeção é apenas uma peça de propaganda, um elo do **"desenvolvimento de ações ordenadas"**. Tudo isto é análogo, se ajusta à perfeição ao material clínico registrado em estudos de caso, anamneses e observações de indivíduos tidos como esquizo-paranóides, maníacos com fantasias persecutórias, e quadros clínicos que tais.

No entanto, a utilização de categorias e referências extraídos da Psicopatologia e da Psiquiatria pode induzir a equívocos, e deve ser objeto de ressalvas. Com efeito, os manuais de Psiquiatria salientam o caráter **social** e **contextual** da loucura (cf. a respeito, por exemplo, o texto clássico de Karl Jaspers): o indivíduo é louco, ou pode ser estudado ou tratado como tal, a partir do momento que sua sociedade, ou sua comunidade, o considerem louco. Não existe uma loucura "em si", fora da realidade histórica. Comportamentos que, num dado momento histórico, numa determinada cultura, são vistos como anormais ou delirantes, em outro contexto podem passar por perfeitamente normais e aceitáveis. Um bom exemplo é o exorcismo, o uso ritualístico de expressões da linguagem, tal como manifesto no documento da DSI: a prática do exorcismos, as invocações fantasiosas, fazem parte da sintomatologia esquizofrênica; no entanto, faz alguns séculos atrás, eram uma prática corrente e aceita em nossa civilização.

A análise psiquiátrica fica invalidada, portanto, a partir da constatação de que o autor do documento é tido como pessoa normal, gozando de perfeita saúde mental: trata-se, ao que consta, de um General Barcelos, plenamente prestigiado e respeitado pelos seus superiores e colegas de trabalho. Opiniões, valores, conceitos, representações de mundo, quando consensuais, legitimados e aceitos por uma comunidade ou uma sociedade, deixam de pertencer ao âmbito da loucura, e ao campo de estudos as ciências que se ocupam deste fenômeno. Em contrapartida, ingressam no campo da sociologia, da filosofia, e demais disciplinas e áreas do conhecimento que se dedicam ao estudo da Ideologia. Mais ainda, a análise feita, e os julgamentos delas resultantes, são aceitos como normais na medida em que outras pessoas — no caso, outros funcionários do governo e autoridades — compartilhem dos mes-

Grande Venda do Meio
o preço que você não sonha
A mais completa coleção, no maior estoque da América Latina. Colocação grátis - Solicite orçamentos sem compromisso.
4 PAGAMENTOS SEM ACRÉSCIMO ou À VISTA COM 10% DE DESCONTO.
CASA PEKELMAN
55 anos de liderança
Largo do Arouche 32 - PBX 220-3122
Av. Brigadeiro Luiz Antonio, 558 - tel. 36 5335
Rua Pamplona, 1.126 - Tel. 285-5484

LEITURA PRECARIA
CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

O povo brasileiro, a julgar pelo documento, é formado de ratinhos brancos...

mos valores e da mesma ideologia do seu autor.

Os estudiosos filiáveis à Linguística Estruturalista tem enfatizado que todo enunciado fechado, acabado, é necessariamente ideológico. É desnecessário, todavia, um grau elevado de sofisticação conceitual, uma utilização rigorosa de métodos de análise da semiótica, e um conhecimento profundo de lingüística e de estruturalismo, para expor a ideologia subjacente ao relatório da DSI. O achatamento da linguagem operado neste texto, de modo tão ingênuo, torna-o absolutamente transparente, elimina quaisquer dúvidas, patenteando o fato de estarmos diante de uma ressonância cristalina das pregações contra uma conspiração mundial organizada pelos "**juden, plutokratem, bolchewisten**", tão enfaticamente denunciada pela voz estridente de Adolf Hitler durante um bom par de décadas da primeira metade deste nosso século.

Não se trata de um raciocínio analógico, de uma mera semelhança ou correspondência pinçada a partir das acusações feitas à "**comunidade judaica**": o relatório da Divisão de Segurança e Informações do Ministério de Minas e Energia é visceralmente, radicalmente, **estruturalmente** neonazista e anti-semita. A lógica subjacente, o raciocínio que o norteia, é exatamente o mesmo do **Mein Kampf** e da literatura e oratória subsequentes e dominantes na Alemanha a partir de 1933. A retórica do nazismo não encontra, neste documento, um símile, mas sim, um exemplo acabado.

Convém, para deixar isto claro, apontar algumas das diferenças entre o racismo em geral, e o anti-semitismo, em tanto que manifestação específica e presente dentro da história. Também é necessário mostrar a especificidade da ideologia nazista, diferenciando-a de outras formas de autoritarismo e de totalitarismo.

Uma das características diferenciadoras do nazismo, apontada por qualquer pesquisador do assunto, é o fato de fundamentar-se em uma **teoria conspiratória da história**: sua justificativa básica era a defesa da integridade da nacionalidade alemã, ou da "raça ariana", ameaçada por uma conspiração movida pelo capitalismo, pelo comunismo, e pelos judeus.

O anti-semitismo, por sua vez, diferencia-se do racismo em geral, ou seja, do preconceito contra grupos étnicos e raciais, justamente por incluir uma teoria conspiratória. Já foi fartamente assinalado, em toda a vasta bibliografia existente sobre o assunto, passando por Hannah Arendt, Sartre, Wilhelm Reich, etc, que as perseguições violentas contra judeus, os "pogroms", o extermínio nazista, justificam-se pelo fato de considerarem o judeu um "inimigo objetivo" (Arendt), uma ameaça ativa, o agente e mentor de uma conspiração visando a conquista do poder econômico e político. Consequentemente, os temas desenvolvidos na peça básica do anti-semitismo, **Os Protocolos dos Sábios do Sião**, são retomados e incorporados ao **Mein Kampf** e à pregação subsequente.

Outra característica do nazismo é o hábito de formular as "suas" teorias científicas, ou seja, de inventar corpos teóricos, principalmente na área das Ciências Humanas, que forneçam explicações da natureza, do comportamento humano, da história, em estrita conformidade com sua ideologia. Esta tendência à invenção de pseudo-ciências particulares está plenamente manifesta, como já vimos, na contribuição ao tema produzido por este

Conheça em São Sebastião o

HOTEL VICE-REY

* Praia própria
* Terraço de frente para o Mar
* Bar e Restaurante

Reservas em São Paulo pelo telefone 212.7666 ou na Cantina SANTORINI, Av. Brigadeiro Faria Lima, 1681

VICE-REY, HOTEL E RESTAURANTE
Rua Martin do Val, 102 — Fone: (0124) 62.0028
Praia de São Francisco — São Sebastião

LEITURA PRECÁRIA

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

Para ser judeu, basta ostentar um sobrenome estrangeiro. E estrangeiro é todo aquele que não for luso-brasileiro...

grupo de funcionários dos nossos órgãos de informação e segurança.

Não resta margem à dúvida, portanto, de que o trabalho produzido pelo Gen. Barcelos e seu seleto grupo de colegas e assessores se constitui em um acréscimo, uma contribuição adicional a ideologias e teorias políticas já amplamente veiculadas e testadas na prática. A fabulação delirante, a denúncia de conspirações inexistentes, o estabelecimento de nexos e supostas relações causais entre fatos isolados, a imputação de intenções secretas e ações "sub-repticias" a movimentos e grupos que agem às claras e com objetivos bem definidos, tudo isto são sintomas, não de loucura, porém de nazismo.

Não é um mero recurso jornalístico o comentário da **Folha de São Paulo**, ao publicar a íntegra do texto, de que se trata de "um panfleto que **faria inveja a Goebbels**". Cabe apenas retificar que talvez não causasse inveja, mas sim um certo desprezo, pelo seu cunho amadorístico e pela sua incompetência até mesmo sob a ótica do dedurismo e a alcaguetagem. Hitler, Goebbels, Hess, e seus sequazes, tinham uma capacidade de se expressar em seu idioma com muito mais segurança, de forma mais articulada do que os autores dessa "circular confidencial".

Trata-se de um colorário, uma mera decorrência lógica, a aprovação expressa no documento aos ataques e ameaças perpetrados por militantes néo-nazistas, justificando **"os assaltos a residências de Mario Schemberg e Kurt Mirow por elementos classificados pelas vítimas de neonazistas"** como sendo uma **"busca de documentos comprobatórios das denúncias feitas"**; e também a queixa de que a cobertura do episódio; **"amplamente noticiadas pela imprensa"**, se constituiria em **"ações diversionárias"**. É pertinente a observação do jornalista Alberto Dines, em artigo recente no **Pasquim**, de que a retórica e argumentação dos panfletos dos rapazes do Movimento de Renovação Nazista, e do documento em pauta, são extremamente semelhantes, permitindo levantar a suspeita de que a autoria seria a mesma.

Estas considerações não devem ser entendidas como um presságio ou antecipação de um período de totalitarismo e terror estatal absolutos em vias de tomar conta do nosso país. O fato de haver ideólogos nazistas ocupando cargos de confiança e posições de mando no governo, não é prova suficiente de que estamos em um regime nazista, ou a ponto de ingressar em algo semelhante. Por ser o nazismo um fenômeno historicamente contingente, dependente de condições concretas, sua reprodução em nosso país é pouco provável, pelo menos na atual conjuntura ou a curto prazo. O que não significa, por sua vez, que se deva deixar o episódio passar em brancas núvens, ou minimizar sua importância.

Constitue-se em evidência de que não estamos em um regime nazista, ou orientado por uma postura anti-semita, a existência de disposições legais claramente contrárias a tais teorias e à sua prática, a começar pela nossa Carta Magna (artigo 153, parágrafo 1º da Constituição, tratando de discriminação racial), e incluindo artigos da Lei de Segurança Nacional. Tanto a divulgação e a prática do racismo em geral, como do anti-semitismo em particular, e também de ideologias totalitárias como o nazismo, são expressamente proibidas por lei. Cabe, portanto, não só à "comunidade judaica", mas à totalidade dos cidadãos brasileiros, valer-se destas disposições legais e dos instrumentos disponíveis para sua aplicação, com a finalidade de sustar tais práticas e fazer com que o governo se atenha à legislação em vigor. Cabe, também, verificar a extensão da penetração de tais ideologias nos órgãos de governo, mesmo porque já tivemos indícios anteriores da sua presença, nos episódios que culminaram no assassinato do jornalista Vladimir Herzog, e no jargão de movimentos militantes de ultra-direita como o MRN e o CCC, que contam, ao que tudo indica, com o beneplácito e a cobertura de autoridades policiais. Qualquer cidadão, qualquer contribuinte na plena posse dos seus direitos e em dia com suas obrigações civis, tem os mais justificados motivos para querer saber até que ponto o produto do seu trabalho e da sua contribuição ao desenvolvimento do País está sendo utilizado para subvencionar a produção de elocubrações delirantes e panfletos de conteúdo néo-nazista. □

BUFFET DIVA
Uma tradição na coletividade
Bar Mitzvá, Brith Milá
Coquetéis, Jantares
Tudo para festas de seus filhos
Agora com Salão de Festas
Com amplo estacionamento e Jardim
Av. Rebouças, 1738
Tel.: 881.7940 — 210.9961 — São Paulo

CARLOS ROBERTO SCHLESINGER
Dauro Francisco Villela Schettino
Henrique Fajn
Nilson T. Musikman
Advocacia e Administração de Imóveis
Comunicam a mudança de seu escritório para a Rua México, 98 gr. 607/608/609
Fones: 240-3075 e 262-2058

DR.
MOYSÉS COHEN
CIRCUNCISÃO
CRM — 366.2
o mais antigo MOHEL do Rio continua atendendo pelos Tels.: 265-7965 245-6075 — 255-0038

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

Só falta a estrela de David

Rodolfo Konder

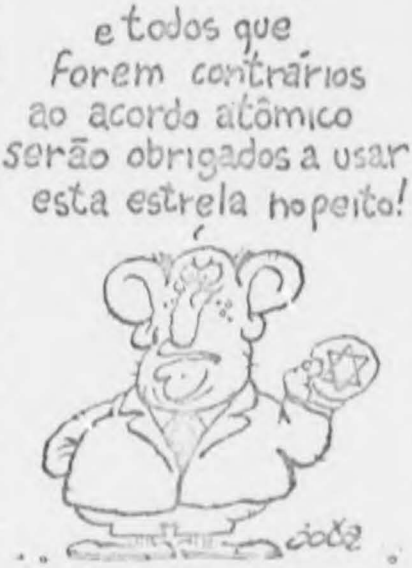
A Divisão de Segurança e Informação do Ministério das Minas e Energia preparou num documento, já célebre a esta altura, sobre os "inimigos" do programa nuclear do governo. O dossiê não investiga as razões que levam tantos brasileiros a condenar a política oficial, neste setor. Apenas denuncia um complô, de que participaram "judeus e comunistas, norte-americanos e soviéticos, cientistas e jornalistas". Trata-se de um documento de caráter nitidamente policialesco, elaborado numa linguagem néo-nazista, que faria inveja a um Joseph Goebbels.

Publicações como **"O Estado de São Paulo"** a **"Folha"**, **"Gazeta Mercantil"**, **"Jornal de Brasília"** e **"Veja"** estariam comprometidas com o complô, segundo o documento. Ao lado disso, seus autores acusam os físicos Mário Schemberg, José Goldemberg, Luiz Pinguelli Rosa, Rogério César de Cerqueira Leite, Vitor Cleo, Luiz Carlos Menezes, Enio Candiotti, Alfredo Taculine, Armando Turtelli, Jair Mello, Rômulo Pieroni, Hernani Lopes Amorim, Marcelo Dami, Leite Lopes "e outros" (sic), os empresários Kurt Mirow, Einar Kok, Dilson Funaro e Antonio Ermírio de Moraes, os senadores Saturnino Braga e Franco Montoro, organizações como a SBPC. Diz o dossiê, a folhas tantas, que a campanha contra o programa nuclear "incita o instinto de sobrevivência (sic), explorando o medo coletivo, através de imagens pré-fabricadas". Em sua paranóia, acusa os Estados Unidos e a União Soviética, "os adeptos e simpatizantes do partido Comunista Brasileiro" e "a comunidade judaica", que define como "o grupo social que mais combate o acordo com a Alemanha e o programa nuclear". Mais adiante, afirma que "a campanha contra o acordo nuclear se estruturou em torno de uma minoria de físicos, professores universitários, técnicos, empresários e alguns ecologistas, na sua grande maioria de origem judaica".

O átomo na terra da miséria

Diante de um texto como este, de inspiração nazista, a única reação do ministro Cesar Cals, da pasta de Minas e Energia, foi a de lamentar que o documento tivesse vindo a público. Logo em seguida, o governo do general João Figueiredo anunciou que duas novas usinas atômicas serão construídas no litoral paulista, ignorando um debate que já está nas ruas: a discussão desta opção nuclear, de que a Nação nunca participou e que certamente influirá no destino de todos os brasileiros. O lado autoritário do regime, neste terreno, parece solidamente encastelado. Os governantes falam em nome de um povo que não querem ouvir, de interesses que ninguém define com clareza, de um tipo hoje questionado de progresso em defesa de uma tecnologia que outras nações, como a Suécia, por exemplo, já vão abandonado.

Na mesma época em que os jornais divulgaram o malfadado documento da Divisão de Segurança e Informação do Ministério das Minas e Energia, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) distribuirá à imprensa uma pesquisa das mais eloquentes. Segundo seus dados, o analfabetismo em São Paulo aumentou, entre 1977 e 1978; a parcela economicamente ativa do Estado que ganha menos do que um salário mínimo também aumentou, no mesmo período; e o número dos paulistas que recebiam mais do que cinco salários mínimos diminuiu. Os dados revelavam, portanto, o empobrecimento da população do Estado mais rico do País. Ao lado disso, os jornais lembravam que quase 30 por cento dos paulistas que trabalham não possuem carteira de trabalho assinada; que um milhão e 200 mil domicílios no Estado não possuem água encanada; que 2 milhões e 500 mil lares de São Paulo não tem esgotos.



A sinistra comunidade

Todos os ministérios, no governo brasileiro de hoje, possuem a sua divisão de segurança e informação. Em todos eles, esta sinistra comunidade de espionagem procura controlar a vida das pessoas, desvendar seus segredos, denunciar suas preferências. Em nenhum caso, no entanto, qualquer destas divisões se preocupou em investigar o grande complô contra a população do País, cada dia mais pobre, cada dia mais espezinhada. A pobreza dos brasileiros não as incomoda. Mas a sua opinião sim, se contrária à política oficial.

No caso da denúncia da DSI do Ministério de Minas e Energia, evidencia-se o foco nazi-fascista, uma tendência que pode crescer como um tumor, no tecido social brasileiro. Caso a sociedade civil não se erga com determinação, disposta a combater este vírus há tanto conhecido, logo teremos todos os críticos da política nuclear do governo isolados em guetos, possivelmente obrigados a usar braçadeiras com a estrela de David, como preparação para mais um holocausto. □

Rodolfo Konder é editor da revista "Nova", autor, entre outros, do livro "O Comando das Trevas"

LEITURA PRECÁRIA

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

"É preciso reagir"

As lideranças judaicas não estão dispostas a engolir o anti-semitismo

Fanny Zylbgand

A liderança comunitária agiu com uma agilidade inesperada. Acusada, através de documento oficial publicado nos jornais a partir do dia 5 de junho, de conluio com comunistas, americanos e outros contra "o futuro do Brasil", já no dia 9, a Confederação Israelita do Brasil reagia com telex pedindo explicações e providências ao ministro César Cals, das Minas e Energias, responsável pela acusações anti-semitas. No dia seguinte fazia publicar nota de repúdio nos principais jornais do País. No domingo, dia 15, era a vez do vice-presidente da Confederação, Isaac Schifnagel ir à televisão reforçar o protesto da comunidade judaica contra a irrupção fascista dentro do governo.

Para o vice-presidente da Confederação Israelita do Brasil, Isaac Schifnagel, o documento de autoria da Divisão de Segurança e Informação, do Ministério das Minas e Energias, acusando judeus e comunistas de um complô anti-nuclear, é uma "mentira nitidamente anti-semita, com todas as suas características". Na sua opinião, "calar é permitir que outros documentos semelhantes voltem a circular pelo País, transformando em verdade o que passa de uma grande mentira — segundo a técnica utilizada por Goebbels, de transformar mentiras em verdade, pela repetição".

Schifnagel acha o documento "fantasioso" e, ao contrário do que afirmam alguns integrantes do governo, não acredita em sua iniquidade. Ele lembra que "somente a criação de uma sólida barreira intelectual pode impedir a germinação de idéias racistas, provocativas e intimidatórias, como as contidas no documento do DSI". E mesmo reconhecendo que o "Brasil não tem uma tradição anti-semita", admite a existência de "um anti-semitismo latente, introduzido no País pela Inquisição".

Na sua opinião, a crise do petróleo acabou com a lua de mel do mundo com Israel e os judeus, "porque muitas nações se prostituiram". E, no caso do Brasil, atribui ao crescimento da propaganda árabe uma parcela de responsabilidade no aparecimento de certas manifestações racistas. Mesmo não acreditando numa escalada anti-semita no País, lembra que todo cuidado é pouco quando se trata de combater injúrias e difamações, "e qualquer manifestações racistas".

— O dano que o anti-semitismo pode causar não tem reparação. A guerra acabou em 1945, mas episódios como Biafra e Vietnã quase repetiram o Holocausto. O aumento da violência no mundo e a insensibilidade diante da miséria e da própria violência que ela gera, são perigosos.

É preciso reagir contra essas coisas, porque não tenho dúvidas de que existe espaço no mundo para um novo Holocausto — e não necessariamente com judeus.

A integra do telex enviado ao ministro de Minas e Energia

"A Confederação Israelita do Brasil, órgão representativo máximo da coletividade israelita no país, vem apresentar a Vossa Excelência a sua repulsa e protesto face aos termos em que é mencionada a comunidade e também a comunidade judaica paulista num relatório da DSI do Ministério de Minas e Energias, elaborado pela assessoria de V. Excia. e divulgado nos dias 5 e 6 de junho próximo passado pela imprensa mais respeitável do Brasil. A Confederação qualifica, inicialmente, como incorreto e inadequado atribuir à Comunidade Israelita a posição de grupo social que mais combate o Acordo e o Programa Nuclear, porque as entidades representativas da comunidade judaica, e que por ela poderiam falar, não têm e nunca tiveram posição oficial ou oficiosa sobre o assunto, e o fato de algumas pessoas identificadas como judias adotarem posições favoráveis ou não quanto ao Acordo e o Programa não expressam orientação ou posição da coletividade, mas sim, podem fazê-lo no uso de seu legítimo direito de cidadãos brasileiros.

"Face às declarações de V. Excia., publicadas e que confirmam a existência do relatório, aguarda outrossim a Comunidade Israelita, que providências sejam adotadas e dads a conhecer caracterizando assim que as Autoridades do país não concordam que em órgaos do Governo se aceite o emprego de técnicas, conceituações e expressões que se insere na linha de tradicionais formas de incentivo aos preconceitos e exacerbação de sentimentos fomentadores de ódios racistas, no gênero do doloroso e condenado anti-semitismo, inclusive o nazista que manchou a Humanidade e a abalou pela evidência de seus resultados constatados ao término da 2ª Guerra Mundial, e que foi combatido pelo nosso país com a participação ativa das suas Forças Armadas. Por oportuno, vale apontar que dentro do esforço nacional na busca de soluções adequadas para os problemas energéticos que nos afligem, como em todo os demais campos de atividades em que se procura construir um Brasil estabilizado economicamente, democraticamente estruturado e adequado para uma vida digna de todos os seus cidadãos, aí sim, podemos dizer que é evidente a participação integrada da comunidade israelita, irmanada e fundida pelos seus membros com todos os demais segmentos que constituem o mosaico brasileiro de união e compreensão humana, multi-racial, multi-religioso, de integração de indivíduos de todas as origens, e que interesses espúrios anti-barsileiros visam incessantemente romper para obstar a ordem e o progresso da Nação.

Com respeito, subscrevo-me, pela Confederação Israelita do Brasil,

José Meiches, Presidente" □

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

...no Brasil? Quem diria...

Uma tática elaborada por Goebbels chega aos gabinetes de Brasília

Benno Milnitzky

Foi durante a Segunda Guerra que se instalaram, com variantes, os denominados Serviços Internos, cujas tarefas abarcavam qualquer divisão especializada dos ministérios dos países em conflito, em particular os departamentos de informação e comunicação. Os relatórios e as sinopses eram encaminhadas aos setores competentes para serem avaliados, selecionados e executados. O processo teve início na Alemanha nazista e com diversos objetivos. O principal: o zelo do Partido Nacional Socialista pela fidelidade das áreas econômicas e militares, nem sempre dispostas, notadamente a última delas, a porem em prática todos os planos "geniais" de Hitler.

Seria incorreto omitir o fato de que, com características semelhantes, Stalin e sua equipe de servidores já haviam montado os seus próprios modelos.

No curso da guerra a estrutura e os métodos de tais organismos foram mudando, desenvolvidos e aprimorados. Os meios de comunicação ensaiavam os grandes passos para o gigantismo que hoje alcançam. Goebbels usou esses serviços com inegável sucesso e apesar da derrota. O trabalho clássico de qualquer agente de informação era a notícia discreta sobre homens e fatos, transmitida aos escritórios de avaliação e triagem. Boa parte do material tinha um finalidade válida ainda hoje e projetada por veículos mais sofisticados, e não diferia daquela da KGB, que Jacques Lebeau assinala ser a de desacreditar pessoas, instituições, governos e linhas políticas. Esse procedimento é denominado "desinformação" e consiste, segundo o mesmo analista, e em linhas gerais, na "difusão de informações falsas, caluniosas e provocantes".

Sem fazer comparações, mesmo porque estamos meio atrasados em relação a outros Estados, e, ainda porque sua meta parece ser mais abrangente, nossas divisões de segurança e informação, pelo menos a do Ministério de Minas e Energia, se tomarmos como ponto de partida o documento que "vazou" de seus canais, sugerem que detêm uma área de "desinformação". O teor do relatório confidencial, um dos que o ministro Cesar Cals declarou à CPI Nuclear "que costuma receber aos montes", é típico da antes definida "desinformação". Arrolando pessoas, órgãos de imprensa, instituições, governos e — como poderiam faltar? — os judeus, o malsinado relato, sem o mínimo respeito pelo juízo dos encarregados de avaliação e triagem (que se supõe capazes), informou falsamente, mentiu, caluniou e provocou.

A Confederação Israelita do Brasil, assim como outros metidos de cambulhada no rol, reagiu. As respostas irritadas nada disseram e intranquilizaram a Nação. Os esclarecimentos anuviaram mais a questão. O depoimento do ministro Cals não desfez o mal revelado. A preocupação maior do ministro era o "vazamento" e não a estupidez que escoou. Nem serviu a ninguém a adjetivação dado ao "inepto" agente pelo senador Jarbas Passarinho. E, para culminar o caso, a CPI Nuclear está em vias de desfazimento.

A inquietação que pendura resulta de uma simples indagação: pode isso acontecer no Brasil? E de uma singela resposta: pode. Se assim é, há que confiar na repulsa e no patriotismo sadio de milhões de brasileiros, em permanente vigilância, a fim de que "coisas dessas", no Brasil, acontecer não possam.

LEITURA PRECÁRIA

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

O racismo no quadro negro

O dossiê do DSI dá seu primeiro fruto: reaparece o anti-semitismo na Universidade

"A Adusp, diante da divulgação de documento que lembra terríveis momentos da história da humanidade, vem novamente denunciar à opinião pública de nosso Estado e do País o seu mais veemente repúdio às manifestações anti-semitas presentes neste documento — e agora também em inscrições nas próprias salas de aula contra colegas da comunidade judaica — reitera o seu total apoio aos colegas da comunidade universitária que vêm alertando a opinião pública de nosso País sobre os perigos das usinas nucleares".

Com essa nota, parcialmente divulgada pela imprensa no princípio do mês, a Adusp anunciava pela segunda vez sua disposição de não tolerar manifestações racistas e fascistas que encontrassem acolhida na universidade ou no País. O primeiro protesto havia sido formulado em setembro do ano passado, por ocasião do aparecimento do obscuro Movimento de Reorganização Nazista (MRN) que via nos judeus, comunistas, cientistas e opositores ao Acordo Brasil-Alemanha seus principais inimigos.

Dessa vez, a Adusp voltava à carga contra novos fatos concretos, protestando contra dois episódios que novamente conferiam o status de "personas non gratas" aos professores da casa: o documento confidencial de autoria da Divisão de Segurança e Informação (DSI) do Ministério das Minas e Energia denunciando um complô anti-nuclear e apontando como opositores do acordo teuto-brasileiro judeus, comunistas e cientistas ligados ao corpo docente da USP. E o aparecimento de inscrições anti-semitas nas salas de aula da universidade.

As inscrições foram encontradas pelo professor Walter Rehfeld — docente das disciplinas Filosofia Judaica, Cultura Judaica e Literatura Hebraica Clássica — pouco depois que a imprensa divulgou o documento do DSI. Coincidentemente, a frase foi escrita no quadro negro de uma das salas do Curso de Hebraico da Fa-

culdade de Letras, e tratava-se de uma das mais ofensivas referências aos judeus, consagrada e amplamente utilizada na Alemanha Hitlerista: **Get Out, Judenschwine,** cuja tradução literal é "Fora, Porcos Judeus".

Judeu, nascido na Alemanha, onde viveu até 1939 com a idade de 19 anos, e ex-aluno do famoso Seminário Rabínico de Berlim fechado um ano antes pelas forças nazistas, Rehfeld recordou os tempos de terror vividos em seu país e se surpreendeu com a frase escrita em alemão correto, o que demosntrava que seu autor tinha conhecimento das fontes da propaganda anti-semita disseminada na Alemanha. Afinal essa frase havia sido um dos pilares dessa propaganda, empreendida principalmente pelo jornal "Der Sturmer" nos tempos de Hitler — uma das mais virulentas publicações anti-semitas de todos os tempos, que extravasava seu ódio contra os judeus através de "desenhos e expressões de baixo calão e fortes insinuações sexuais".

Rehfeld considerou a frase como uma das mais agressivas manifestações anti-semitas já surgidas nos meios acadêmicos. E mesmo lembrando que os muros da universidade estão cobertos de inscrições racistas, não descarta a possibilidade de que essa inscrição tenha nascido sob inspiração do dossiê DSI.

Posição, aliás, defendida também pelo presidente da Adusp, Braz José de Araújo, para quem o documento do Ministério das Minas e Energias traduz uma concepção política de "caráter reacionário e fascista". Na sua opinião, contudo, ele é apenas uma das pontas do iceberg do conceito oficial de Segurança Nacional, "cujo espírito fascista está sempre à procura do inimigo interno".

Por sua vez, o professor da USP e editor Jacó Guinsburg acredita na existência de uma escalada anti-semita no País. E lembra que o envolvimento de setores da esquerda nacional — amplamente representados na universidade — em questões como a autonomia palestina e a atração que a propaganda árabe exerce sobre eles também têm contribuído para esse estado de coisas.

Na sua opinião a esquerda possui um anti-semitismo "larvar e velado" formado principalmente depois da Segunda Guerra:

"Antes da Primeira Guerra o anti-semitismo já era de direita. Na épocas ele possuia dois aspectos: era, por um lado, conservador e atreiado a questões religiosas. Por outro, nacional-socialista, misturando tendências nacionais com posições socialistas. Após a Segunda Guerra os movimentos nacionalistas que eclodiram pelo mundo incorporaram nuances dessa segunda tendência e também do totalitarismo stalinista, declaradamente anti-semita.

"Esses dois elementos confluiram para a formação de opiniões nas correntes de esquerda que vão desde o antijudaísmo ético até o anti-semitismo declarado. Mas, como ser anti-semita não fica bem, ele assume máscaras, mas é denunciado pela prática, que é anti-semita e discriminatória. A universidade está repleta também de homens de direita, escondidos sob posições aparentemente democráticas, que têm o mesmo tipo de conduta. Ocorre que quando a sociedade se torna mais aberta, os elementos preconceituosos latentes adotam novas formas em função das novas situações". (FZ) □

LEITURA PRECARIA CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

Uma lei contra os estrangeiros

Na prática, o Brasil não aceitará imigrantes e deportará os refugiados

O projeto de lei nº 9 vai à votação noCongresso Nacional no próximo 4 de agosto. Se for aprovado — e tudo indica que sim, já que é de iniciativa do Governo a quem o PDS, maioria no parlamento, não costuma negar voto — estrangeiros de um modo geral e refugiados políticos em particular estarão sujeitos a deportação sumária do País, sempre que não atendam aos "interesses nacionais". E não importará mais que o estrangeiro seja casado com uma brasileira ou seja pai de brasileiro que dependa dele economicamente. A atual legislação sobre imigração vai para o ocaso e a tradição nacional de hospitalidade com os estrangeiros para os livros dae história.

O projeto de lei já tem meio caminho andado. Em meados de junho passou pela comissão mista do Congresso, onde o relator, senador Bernardino Viana (PDS-PI), aceitou apenas as emendas (5 entre 32) que não alteram em nada o espírito do projeto. Entre outros rigores, o projeto de Lei nº 9 prevê o intercâmbio de pessoas deslocadas com seus países de origem. O que na prática significa devolver argentinos, uruguais e chilenos — a maioria dos residentes clandestinos no País — a seus governos, ou seja, as prisões de onde fugiram.

O projeto de lei nº 9 define a situação do estrangeiro no Brasil e dificulta seu ingresso e permanência. Entre outras coisas cria o Conselho Nacional de Imigração, vinculado ao Ministério do Trabalho, com representantes de outros ministérios e um observador do Conselho Nacional de Segurança. Esse conselho teria o encargo de definir a política brasileira em relação a imigração, aceitando a radicação apenas de estrangeiros que complemente a mão-de-obra nacional, restrição que não existem na lei em vigor.

O visto permanente, pela nova lei, passa a ser concedido apenas para que se obtenha mão-de-obra especializada. O visto de turistas — 90 dias — poderá ser reduzido a critério do Ministério da Justiça. Atualmente a redução não é possível, muito menos o livre arbítrio ministerial. Cientistas e intelectuais não poderão mais vir livremente realizar conferências ou pesquisas no Brasil: ficam sujeitos a aprovação do Governo. Estrangeiros não poderão mais morar em qualquer lugar. O governo se reserva o direito de confiná-los onde julgar conveniente, coisa que nunca houve na legislação brasileira.

Êxodo II, Lasar Segall

A maioria dos judeus do Brasil possui cidadania brasileira. Contudo, uma parte significatica da comunidade judaica nasceu no Exterior. Os grandes fluxos imigratórios judaicos ocorreram nas primeiras duas décadas do século, logo após a Segunda Guerra e nos anos 50. A imigração, entretanto, não cessou de todo. Nos últimos anos, algumas centenas de judeus vieram para o Brasil, provenientes na maioria da Argentina, Uruguai e Israel. Se o projeto de lei nº 9 for aprovado, esse fluxo deve cessar.

Os imigrantes judeus não estão ameaçados apenas pela seleção profissional ou impedimento de se radicarem em qualquer ponto do País. Como observou um líder comunitário paulista, dentro do conceito ambíguo de "interesse nacional" pode caber muita coisa, inclusive a homogeneidade religiosa do País. Por outro lado, lembrou ele, as restrições à vinda de conferencistas, podem prejudicar o intercâmbio cultural da comunidade judaica brasileira com o restante da Diáspora e com Israel.

Para este líder judeu, filho de imigrantes chegados em 1911, os judeus russos que vieram no princípio do século poderiam ser considerados "refugiados", pois fugiam do anti-semitismo oficial da Rússia czarista. Da mesma forma, eram refugiados os sobreviventes do Holocausto que aportaram nos anos 40, ou os judeus expulsos dos países árabes depois da independência do Estado de Israel. "Nós, judeus, somos um povo de eternos refugiados", ressalva o líder comunitário. Para ele, se uma lei similar ao projeto de lei nº 9 estivesse em vigor desde o princípio so século, "talvez sequer existisse comunidade judaica no Brasil". □

LEITURA PRECÁRIA

CONFIDENCIAL